



AGENDA LEGISLATIVA (20/05 – 24/05)

FRENTE PARLAMENTAR DO EMPREENDEDORISMO

PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

21/05 - Terça-Feira (14h)

Sessão Deliberativa Ordinária

1 - PL 6233/2023

Ementa: Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre atualização monetária e juros; e dá outras providências.

Autor: Câmara dos Deputados (Poder Executivo)

Relator: Sen. Rogério Carvalho (PT/SE), relatório favorável ao Projeto

Posição FPE: Favorável ao Projeto / Favorável ao relatório pela sua aprovação

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

21/05 – Terça-Feira (10h)

2 - PL 2840/2022

Ementa: Altera o § 3º do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e insere o art. 71-D na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade e o salário-maternidade, em caso de parto antecipado.

Autor: Sen. Fabiano Contarato (PT/ES)

Relator: Sen. Randolfe Rodrigues (S/Partido/AP), relatório favorável ao Projeto

Posição FPE: Acompanhar

10 - PL 6012/2023

Ementa: Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes.

Autor: Senadores: Esperidião Amin (PP/SC), Jorge Seif (PL/SC) e Ivete da Silveira (MDB/SC)

Relator: Sen. Laércio Oliveira (PP/SE), relatório favorável ao Projeto

Posição FPE: Favorável ao Projeto / Favorável ao relatório pela sua aprovação



COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS – CTIADMTR

22/05 – Quarta-Feira (9h)

1 - PL 2481/2022

Ementa: Reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo).

Explicação da ementa: Regula o processo e o procedimento administrativo no âmbito da Administração Pública direta e indireta.

Autor: Sen. Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Sen. Efraim Filho (UNIÃO/PB), relatório favorável ao Projeto

Posição FPE: Favorável ao Projeto / Favorável ao relatório pela sua aprovação

2 - PL 2483/2022

Ementa: Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências.

Explicação da ementa: O PL estabelece regras sobre a mediação em questões tributárias no âmbito da União, aplicável ao direito aduaneiro (referente aos tributos de importações e exportações). Permite que o curso de qualificação de mediador poderá ser oferecido pelo próprio órgão ao qual o mediador está vinculado e sobre a consulta, que é um procedimento gratuito formulado por qualquer pessoa cadastrada na Receita Federal para tirar dúvidas sobre tributos federais, com prazo máximo para responder de 260 dias úteis.

Autor: Sen. Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Sen. Efraim Filho (UNIÃO/PB), relatório favorável ao Projeto

Posição FPE: Favorável ao Projeto / Favorável ao relatório pela sua aprovação

5 - PL 2486/2022

Ementa: Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira.

Explicação da ementa: Estabelece regras específicas para a arbitragem em divergências tributárias em nível federal, estadual e municipal. Abrange os conselhos de fiscalização profissional e a Ordem de Advogados do Brasil (OAB) e possui nove capítulos que explicitam princípios, custos e regras de procedimento para a modalidade de julgamento.

Autor: Sen. Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Sen. Efraim Filho (UNIÃO/PB), relatório favorável ao Projeto

Posição FPE: Favorável ao Projeto / Favorável ao relatório pela sua aprovação

10 - PLP 125/2022

Ementa: Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes.

Explicação da ementa: Institui o Código de Defesa do Contribuinte, que estabelece normas gerais sobre os direitos, garantias, deveres e procedimentos aplicáveis à relação jurídica do contribuinte com a Fazenda Pública das três esferas de governo (federal, estadual, municipal, além do Distrito Federal).

Autor: Sen. Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Sen. Efraim Filho (UNIÃO/PB), relatório favorável ao Projeto

Posição FPE: Em análise pela assessoria técnica

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

22/05 – Quarta-Feira (10h)

7 - PL 2830/2019

Ementa: Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo.

Autor: Sen. Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relator: Sen. Rogerio Marinho (PL/RN), relatório favorável ao Projeto

Posição FPE: Acompanhar

16- PL 2581/2023

Ementa: Esta Lei disciplina instrumentos de proteção, incentivo e recompensa a informantes que noticiam crimes ou atos ilícitos no mercado de valores mobiliários ou em sociedades anônimas de capital aberto; e altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para prever obrigações às sociedades anônimas de capital aberto a fim de garantir a integridade de suas demonstrações contábeis e financeiras.

Autor: Sen. Sérgio Moro (UNIÃO/PR)

Relator: Sen. Esperidião Amin (PP/SC), relatório favorável ao Projeto

Posição FPE: Favorável ao Projeto / Favorável ao Parecer pela Aprovação

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

22/05 – Quarta-Feira (11h)

5 - PLP 167/2023



Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para que, em caso de recém-nascido com deficiência, sejam prorrogados os prazos de estabilidade provisória, de licença-maternidade e de licença-paternidade.

Autor: Sen. Mara Gabrilli (PSD/SP)

Relator: Sen. Romário (PL/RJ), relatório favorável ao Projeto

Posição FPE: Acompanhar

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA – CI

23/05 – Quinta-Feira (9h)

Audiência Pública

Finalidade: Instruir o PL 2736/2021, que “altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências, para dispor sobre sua forma de pagamento”.

Convidado(s):

- Viviane Esse - Secretária Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes
- José Aires Amaral Filho - Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres)
- Vander Francisco Costa - Presidente da CNT (Confederação Nacional do Transporte)
- Alziro da Motta - Assessor Jurídico da CNTA (Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos)
- André Turquetto - Presidente da Abepam (Associação Brasileira das Empresas de Pagamento Automático para Mobilidade)
- Marco Aurélio Barcelos - Presidente da ABCR (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias)
- Eduardo Rebuszi - Presidente da NTC & Logística (Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística)
- Selmo Umberto Pereira - Presidente-Executivo da AMPEF (Administradora de Meios de Pagamento Eletrônico de Fretes)
- Carley Fernando Welter - Presidente da ANATC (Associação Nacional das Empresas de Transporte de Cargas)

Posição FPE: Acompanhar

